

Charta 25

Preâmbulo

Falamos agora porque o silêncio já não é uma opção. Os populistas autoritários já não operam à margem; ocupam cargos governamentais em todo o mundo. A sua presença é normalizada, a sua retórica ecoa em instituições que outrora defendiam a democracia. O que antes parecia impensável é agora rotina. A linha entre a democracia e a sua imitação está a tornar-se cada vez mais ténue, e dizem-nos para aceitar isso como normal. Não o faremos! Esta Carta fala com a clareza daqueles que cresceram vendo as liberdades recuarem e a justiça se deteriorar. Não falamos por nostalgia, mas por algo mais profundo: é o nosso futuro que está a ser roubado, e recusamo-nos a ser seus herdeiros silenciosos!

Nós, abaixo assinados, não falamos em nome de nenhum partido político, Estado ou ideologia, mas como cidadãos de consciência compelidos a responder ao profundo desmoronamento democrático do nosso tempo. Em todo o mundo, testemunhamos uma onda de autoritarismo que ameaça desfazer os princípios duramente conquistados da dignidade humana, da liberdade cívica e do pluralismo.

Esta crise não é distante nem abstrata. Ela desenrola-se nos parlamentos e tribunais, nos ecrãs e nas escolas, na vida quotidiana daqueles cujas vozes são ignoradas e cujos direitos são erodidos. Declaramos que os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Ato Final de Helsínquia de 1975, aos quais todos os nossos governos estão vinculados, não estão a ser respeitados. Aqueles encarregados de defender esses valores — governos, partidos e instituições — têm falhado com demasiada frequência: através do silêncio, da cumplicidade ou do oportunismo.

Inspirados pela [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#), doravante abreviada como DUDH, pela clareza moral [da Carta 77](#) e pelos ideais democráticos reafirmados no [Relatório da Conferência IYC25](#), também nos baseamos nas ideias do [Painel Juvenil da IYTT](#). Este painel é uma assembleia diversificada de mais de 200 jovens de 50 países, unidos por um forte interesse no desenvolvimento da abertura e da democracia. Enquanto muitos barómetros captam a opinião pública, o Painel Juvenil da IYTT examina mais profundamente: ideias políticas, princípios e a legitimidade das estruturas de poder predominantes. Oferece uma oportunidade rara de sondar as mentes dos cidadãos informados emergentes - jovens que não se limitam a reagir à política, mas desafiam os seus pressupostos e reimaginam o seu futuro.

Escrevemos para reafirmar a ideia simples, mas radical, de que a democracia deve ser centrada nas pessoas: o poder deve residir em todos, não nas mãos ilimitadas de poucos. Como nos lembra a Conferência IYC25, não somos movidos por alguém que nos coloca uns contra os outros como grupos controversos, mas pela nossa própria escolha individual e de sermos comunitários e governarmos juntos. Para nos opormos aos autoritários, precisamos de cidadãos engajados que ajam de acordo com os ideais democráticos de dignidade, equidade, pluralismo, liberdade de expressão e responsabilidade compartilhada.

1. A democracia não é um dado adquirido

A democracia não é um estado natural. É uma construção frágil que deve ser conscientemente preservada e ativamente vivida. Muitos regimes invocam a legitimidade democrática enquanto violam o seu cerne: o direito igual de todos de participar nos assuntos públicos (Artigo 21.1 da UDHR). Reafirmamos que a democracia deve ser conquistada, vivida e defendida (Preâmbulo da UDHR).

2. O autoritarismo é um sintoma, não uma causa

O autoritarismo não nasce da força, mas de feridas não curadas: desespero económico, traição por parte das instituições, promessas quebradas, identidades deslocadas. Ele prospera onde a participação é negada (Artigo 21.2 da DUDH) e a liberdade de expressão é manipulada (Artigo 19 da DUDH). Ele cresce na ausência de justiça (Artigo 8 da DUDH) e de pertencimento (Artigo 28 da DUDH).

3. Isto não é apenas uma onda autoritária

A onda autoritária é frequentemente disfarçada como um renascimento da direita, mas é impulsionada por uma crise mais profunda: a incapacidade das democracias liberais de defender as proteções sociais (Artigo 22 da DUDH) e a dignidade humana (Artigo 1 da DUDH). Quando as democracias falham em garantir os direitos básicos, incluindo o direito à segurança (Artigo 3 da DUDH) e à proteção social, forças reacionárias entram em ação para preencher o vazio.

4. O populismo cria identidades falsas

Os populistas autoritários não oferecem inclusão política; eles fabricam um «povo» mítico baseado na exclusão. A sua identidade é forjada não na solidariedade, mas no ressentimento. Eles coroam líderes, não princípios. Os seus movimentos exigem lealdade, não diálogo, minando a liberdade de associação e participação (Artigos 20.1 e 21.1 da DUDH).

5. O populismo usa a emoção como arma para provocar divisão

Os movimentos autoritários alimentam-se do medo e da raiva. Distorcem a informação (Artigo 19.º da DUDH), amplificam a indignação e criam tribos digitais que substituem a compreensão por slogans. No seu mundo, a verdade é secundária em relação à lealdade, e a educação torna-se uma ameaça à obediência (Artigo 26.º, n.º 2 da DUDH).

6. Os partidos políticos devem reconquistar a confiança

Os cidadãos perdem a fé quando os partidos prometem transformação, mas entregam compromissos. Quando a política é vista como um jogo das elites, as pessoas procuram alternativas e as, por mais perigosas que sejam. Apelamos aos partidos políticos para que comuniquem com honestidade, ajam com transparência e sirvam o público com integridade (Artigos 21.3 e 29.2 da DUDH).

7. As instituições devem refletir o povo

As instituições criadas para defender a justiça agora muitas vezes a obscurecem. A complexidade burocrática, a corrupção e o preconceito alienaram aqueles a quem deveriam servir. Rejeitamos uma democracia que protege privilégios. As instituições públicas devem ser transparentes, inclusivas e responsáveis perante o povo (Artigos 6, 7, 8, 10 e 21.3 da DUDH).

8. Rejeitamos uma democracia de exclusão

Um sistema que tolera a exclusão de mulheres, minorias e dissidentes não é uma democracia. Rejeitamos o uso indevido do nacionalismo, do tradicionalismo e da identidade cultural para justificar a opressão. A democracia não é preservada pela imposição da uniformidade, mas pela proteção da diferença (Artigos 1, 2, 16.1 e 21.1 da DUDH).

9. Defendemos a igualdade de valor e a ação partilhada

Todos os seres humanos têm igual valor e o direito de moldar as condições de suas vidas (Artigo 1 da DUDH). A democracia não é apenas votar; é uma ação compartilhada. Nós nos opomos a sistemas que privam os indivíduos de sua liberdade em nome do controle ou da tradição (Artigos 3 e 29.1 da DUDH).

10. Apoiamos o diálogo e rejeitamos a violência

A democracia prospera em conflitos mediados pelo diálogo, não em consensos forçados ou coerção. Rejeitamos a violência (Artigo 3.º da DUDH), a censura (Artigo 19.º da DUDH) e a conformidade ideológica. A verdadeira democracia abre espaço para a diferença, o confronto, a conversa e o crescimento (Artigo 20.1 da DUDH).

11. O conhecimento deve servir à emancipação

A educação não é um privilégio, mas um direito. O conhecimento deve libertar, não dominar. Deve equipar os cidadãos para questionar o poder, compreender a complexidade e participar plenamente na vida pública. Uma sociedade democrática investe na ação informada, não na obediência passiva (Artigos 26.1 e 26.2 da DUDH).

12. Rejeitamos o domínio da democracia pelo capital

Os movimentos autoritários são apoiados pela concentração de riqueza. Vastas redes financeiras financiam a propaganda, moldam os meios de comunicação e manipulam a opinião pública. A desigualdade económica torna-se desigualdade política. Rejeitamos uma democracia comprada pelo dinheiro e exigimos que o poder seja responsável perante todos (Artigos 7, 21.2, 22 e 23.1 da DUDH).

O apelo

Que esta Carta sirva de testemunho. Não aceitamos a lenta decadência da democracia. Não aceitamos o medo, a divisão ou o silêncio. A Carta 25 não oferece um programa. Oferece um apelo: que enfrentemos, sem ilusões, as forças que desmantelam a vida democrática e que reivindicemos, sem medo, as obrigações morais dos cidadãos livres. Só juntos, com dignidade partilhada e determinação coletiva, podemos preservar a liberdade que herdámos — e garantir que ela perdure.

Afirmamos a possibilidade de uma política enraizada não na força, mas na compaixão. Não na exclusão, mas na dignidade. Não no desespero, mas na solidariedade. O futuro não será escrito por autoritários, a menos que os deixemos escrevê-lo sozinhos.

Todos os seres humanos deste planeta são bem-vindos a ser signatários.

O código QR contém todas as informações necessárias para fazer parte do movimento e assinar a Carta 25. O nome e a nacionalidade/país de origem dos signatários aparecerão na versão online deste documento (também disponível no código QR).



Signatários

Alice Smith, Reino Unido

Alina Koch, Alemanha

Ambrose Ngobi, Uganda

Andrea Olmi, Itália

Angela Khumalo, África do Sul
Anh Vu, Alemanha
Ani Melikyan, Arménia
Anita Sammarini, Itália
Anna Pietri, Grécia
Benedikt Schuegraf, Alemanha
Benjamin Galbraith, Reino Unido e França
Bethany Dennis, Reino Unido
Brenald Dzonzi, Maláui
Carmen Engelhardt, Alemanha
Claudia Pintore, Itália
Constança Pagès, Espanha
Dania Vanessa Verbena Flores, Guatemala
Elen Antapyan, Arménia
Elena Vocale, Itália
Ella Levien, Alemanha
Emily Barcelo, EUA
Emma Sougli, Grécia
Ester Nijiko, Maláui
Federica Baggio, Itália
Francesca Bonomo, Itália
Franklin Vaci, Reino Unido
Gavin Miller, EUA
Hope Ntokozo Dlamini, África do Sul
Ismael Mabema, África do Sul
James Mottram, Reino Unido
James Freiberg II, EUA

Jan Ferrer i Picó, Catalunha, Espanha
Jan-Hendrik Pretorius, África do Sul
Jessica Jahn, Alemanha
Joana Baptista, Portugal
Joe Earnshaw, Reino Unido
Jonathan Ziener, Alemanha
Jouman Tafnkji, Síria
Joy Adewumi, Nigéria
Kirill Vanderberg, Rússia
Lindelwa Nicolette Mayinga, África do Sul
Linh Pham, Vietname
Lisa Lundgren, Suécia
Luca Guidoboni, Itália
Masindi Netshakhuma, África do Sul
Matilde Abreu, Portugal
Matthew Baymiller, EUA
Michele Castrezzati, Itália
Michelle Liao, EUA
Minas Stravopodis, Grécia
Miranda Tate, Suécia e EUA
Myriam Moussali, França e Marrocos
Noor Ahmad, Paquistão
Olle Hansen, Reino Unido
Ollie Gee, Reino Unido
Ontiretse Moatshe, África do Sul
Otsile Nkadimeng, África do Sul
Palesa Meva, África do Sul

Peggy Molefi, Botsuana
Petter Rodebjer, Suécia
Pol Villaverde, Espanha
Rabia Turnbull, África do Sul
Reon Van Der Merwe, África do Sul
Sara Conte, Itália
Seven Jacobs, Reino Unido
Silvia Papic, Suécia
Siphesande Kotelana, África do Sul
Siro Piña Cardona, Espanha
Sofia Marini, Itália
Sofie Winge-Petersen, Dinamarca
Sondre Zakariassen Ranum, Noruega
Sophia Kaur Badhan, Reino Unido
Suzannah Anderson, EUA
Taylen Reddy, África do Sul
Thao Mai, Vietname
Valeriia Andriienko, Ucrânia
Veronica Butler, EUA
Victoria Portnaya, Ucrânia
Vivek Venkatram, Singapura
Zanoxolo Mciteka, África do Sul
